

CONSTITUINTE

União perde CZ\$ 111 bilhões já neste ano

por Jurema Baesse de Brasília

Com a promulgação da nova Constituição até junho, parte da reforma tributária aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte durante a última semana, basicamente os artigos 182 e 183, entrarão em vigor a partir do dia 1º de julho, o que irá implicar uma perda de receita por parte da União de CZ\$ 111 bilhões ainda neste ano, para uma estimativa de inflação de 245%. Esse valor crescerá para CZ\$ 225 bilhões, com uma inflação de 600%.

Essa perda é resultante da elevação dos percentuais do Fundo de Participação dos Estados e Municípios de 33 para 40% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) conjugados. Essa é a única parte da reforma que entrará em vigor neste ano. O Fundo de Participação dos Estados (FPE) irá crescer dos atuais 14 para 18%, e o Fundo de Participação dos Municípios (FMP) irá crescer de 17 para 20%. O Fundo Especial continuará em 2% neste ano.

Esses números fazem parte do levantamento feito pelo assessor especial do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, para Assuntos Fiscais, Nelson Madalena. A elevação desses dois fundos irá implicar uma transferência adicional da União, em relação à sua receita disponível, de 4,4%, no segundo semestre deste ano.

No próximo ano, de acordo com a proposta do "Centrão", praticamente já aprovada, é que se consolidará a perda mais efetiva da União. Em 1989, o FPE irá crescer de 18 para 19%, e o FPM de 20 para 20,5%, e ocorrerá também a elevação do Fundo Especial para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 2 para 3%, e entrarão em vigor plenamente as transferências iniciadas no segundo semestre deste ano.

A transferência de 11% do IPI para formar o fundo de ressarcimento para os estados exportadores também entrará em vigor inteiramente no próximo ano.

A preços constantes, e considerando a previsão de arrecadação líquida para 1988, de CZ\$ 3,1 trilhões, com uma inflação de 245%, a perda da União em relação à receita disponível, de CZ\$ 2,5 trilhões, será de CZ\$ 469,8 bilhões. Até 1993, com a implementação de toda a reforma, a União terá transferido adicionalmente aos estados e municípios CZ\$ 580,2 bilhões, ou 23,1% da sua receita disponível.

A mudança no eixo do poder central

por Mariângela Hamu de Brasília

Numa avaliação feita na noite de última sexta-feira, assessores econômicos e políticos do presidente José Sarney concluíram, desalentados, que o governo federal tem pouquíssimas chances de recuperar, nas votações da Assembleia Nacional Constituinte, ao longo desta semana, o terreno que perdeu para os estados e municípios nas questões da reforma tributária votadas até o momento.

Além de um enorme volume de recursos — concluíram — o governo perderá uma significativa cota de poder real para os governos estaduais e prefeituras municipais, no exato momento em que o presidente Sarney começa a se preocupar e a articular sua própria sucessão, prevista para 1989, se a Constituinte aprovar um mandato de cinco anos para o atual presidente da República, na fase das disposições transitórias.

O ex-ministro da Fazenda e hoje deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), percebeu que a grande preocupação do governo federal com a transferência de recursos para os estados e municípios não era exatamente com os recursos, mas com a perda de poder. "Se este sistema que estamos votando estivesse em vigor em janeiro de 1987, o governo teria perdido, no ano todo, 30 bilhões de cruzados. Somente através de transferências negociadas, Brasília enviou aos estados e municípios, naquele ano, 49 bilhões de cruzados. O que existe, na realidade, é uma disputa de poder", garante Dornelles.

O ex-ministro Delfim Netto, que, ao contrário de Dornelles, condena a maneira como a reforma tributária está sendo conduzida, embora aprove o princípio da reforma, concorda com ele. "Essas mudanças representam, sem dúvida, uma substancial redução do poder político e da capacidade de fazer do governo federal", afirma Delfim Netto, hoje deputado pelo PDS de São Paulo.

O ex-governador do Rio Grande do Norte, hoje senador do PFL, José Agripino Maia, é ainda mais contundente.

Ardoroso defensor dessa reforma, e com o conhecimento de quem já peregrinou por Brasília, buscando recursos para o seu estado, afirmou: "Esta nova legislação tributária vai ter um mérito acima de todos. Está provado, pela CPI da Corrupção, que existe intermediação de verbas a fundo perdido. O fundo perdido existe e a União, que dispõe desta massa de recursos, a usa para favorecer politicamente correligionários", diz Maia.

"A atual legislação permite o tráfico de influência em torno deste fundo. A nova legislação vai fazer, primeiro, com que os

estados fiquem politicamente mais fortes e independentes. Com esta reforma, os estados serão libertados politicamente", afirma Maia.

Outro senador, com a autoridade de quem também já governou um pequeno estado no Nordeste como Alagoas, Divaldo Suruagy, concorda com Maia: "Até hoje havia uma grande concentração de recursos nas mãos da União, consciência de um regime que surgiu com o processo revolucionário, que centralizou poder centralizando verbas".

Do "Centrão" — grupo suprapartidário de tendência conservadora — surge a voz do deputado baiano Eraldo Tinoco, que lutou ao lado do governo para mudar o rumo das negociações que desembocaram na reforma tributária, contra o aumento de poder e de recursos dos governadores e prefeitos, quando a nova Constituição entrar em vigor.

Essas transferências impediriam que o governo federal faça investimentos. Esta é uma briga por poder mas também por dinheiro.

A óptica do ex-ministro Dornelles, quando fala em números, é a óptica de um homem do Rio de Janeiro, que nada entende de Nordeste. Que capacidade terá um estado pobre de investir em infra-estrutura? Que capacidade terá um estado como Alagoas, por exemplo, de construir

hidrelétricas, rodovias, ferrovias? Estas transferências aumentarão o poder dos estados, mas também as pressões para que aumentem a máquina administrativa", raciocina Tinoco.

O ex-ministro Delfim Netto é implacável ao imaginar o País que surgirá dessa reforma: "O que é preciso compreender é que estas transferências significarão uma redução substancial na capacidade de ação do governo federal".

O governo perdeu os dois braços — o que eu acho muito bom, porque ele nunca os havia usado e não sabia que fariam falta. E preciso, agora, que os estados saibam que terão de assumir tarefas que eram, antes, do governo federal. O Piauí não vai poder achar que o governo federal é que vai construir estradas. Nem o Pará deverá esperar de Brasília as verbas para construir hidrelétricas. Cada um que arque com as consequências".

E conclui: "Acho que é tarde para reclamar. Isto está decidido. O governo abandonou a comissão à sua própria sorte. Ignorou as negociações solenemente. Agora, que arque com as consequências, e seja o que Deus quiser. Os estados que tiverem uma noção de desenvolvimento, uma noção de economia, progredirão. Os que não as tiverem voltarão para o século 18", afirma Delfim Netto.

Segundo explicou Nelson Madalena, a partir do próximo ano é que também os impostos únicos sobre energia, minerais, combustíveis e lubrificantes serão incorporados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), uma vez que a emenda do deputado José Lourenço (PFL-BA), que mantinha esses impostos na esfera da União, foi rejeitada.

Pela avaliação da Receita Federal, segundo Nelson Madalena, que falou em nome do órgão, não há nada mais a ser feito para reverter o quadro de perdas da União. A nova estrutura tributária já está definida com a aprovação dos artigos 182 e 183, disse ele, e cabe à Receita Federal acertar e implementar a decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte.

Segundo ele, o Ministério da Fazenda fez sua parte, demonstrou aos constituintes as perdas da União e o impacto sobre ela se os respectivos encargos não forem transferidos. Aspecto que só será definido depois da promulgação da Constituição, ressaltou. Para ele, a União não ficará inviável, uma vez que forçosamente ela deixará de ter as atribuições que tem hoje. O assessor especial do

Ministério da Fazenda, que foi secretário de Finanças do Paraná na gestão de José Richa, lembrou que o novo quadro de distribuição dos impostos globais de todo o País irá retomar o período anterior à Constituição de 1967, da Junta Militar.

De todos os impostos pagos no País, inclusive o ICM e todos os federais, a União está atualmente com 44,8%, e passará a ficar em 1993, com a reforma implementada totalmente, com 36%. Os estados, que estão com 37,4%, ficarão com 42%, e os municípios, que estão com 17,8%, irão ficar com 21%. Essa divisão de recursos gerados por impostos é semelhante à que vigorou até 1966.

A nova Constituição, observou, irá cumprir seu papel e está de acordo com o programa do PMDB de descentralização política e financeira. A Constituinte, acrescentou, estava com o objetivo de diminuir o papel da União, e esse papel é diminuído com a descentralização das funções e das finanças. "A partir da nova Constituição, a União irá retrair-se para dar espaço para os estados e municípios", ressaltou. Segundo Nelson Madalena, não se trata de concluir

que a Receita Federal perdeu a batalha; ela não pretende mudar o perfil da nova estrutura tributária e, sim, suavizar as perdas, se possível, da União, e explicá-las. Nelson Madalena destacou que, pela sua avaliação, os estados do Sul e Sudeste foram mais favorecidos pela reforma. Com certeza, assinalou, todos saíram ganhando, mas os estados mais ricos ganharam mais.

O fato de ter sido criado o fundo de ressarcimento do IPI para os estados exportadores, o adicional do IR de 5%, e de a União ter perdido os impostos únicos, segundo Nelson Madalena, explica essa afirmação. Só os estados do Sul e Sudeste irão beneficiar-se desses três pontos, garantiu. Para os estados do Norte e Nordeste, irão ficar, basicamente, os fundos de participação, uma vez que a base tributária de cada um desses estados é menor do que a de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Para Nelson Madalena, o

desequilíbrio regional tende a manter-se e até aumentar.

Por outro lado, os estados do Norte e Nordeste ficarão menos dependentes da União e, na medida em que perderão os investimentos feitos pela União, passarão a ter mais recursos para investimentos próprios, concordou ele.

2º semestre/1988	1989	1990	1991	1992	1993
4,4%	18,6%	19,6%	20,6%	21,6%	23,1%

(*) a perda é em relação à receita disponível da União e se refere às transferências adicionais.
Os valores percentuais independem da projeção de inflação para o período.

	Atualmente	2º semestre/1988	1989	1990	1991	1992	1993
Fundo de Participação Estados	14%	18%	19%	19,5%	20%	20,5%	21,5%
Fundo de Participação Municípios	17%	20%	20,5%	21%	21,5%	22%	22,5%
Subtotais	31%	38%	39,5%	40,5%	41,5%	42,5%	44%
Fundo Especial (Norte, Nordeste e Centro-Oeste)	2%	2%	3%	3%	3%	3%	3%
Totais	33%	40%	42,5%	43,5%	44,5%	45,5%	47%
IPI							
Fundo de Ressarcimento para Estados Exportadores	0	0	11%	11%	11%	11%	11%

Para Sarney, governo pode ficar inviável

O presidente José Sarney disse na última sexta-feira, no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", que os resultados da votação do capítulo tributário da futura Constituição podem-se traduzir na "inviabilização" da União, "cujos recursos são sempre usados para cumprir as suas finalidades e também para auxiliar as regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, construir uma infra-estrutura nacional e ter recursos para as emergências". Mesmo assim, Sarney reconheceu que "é imperioso fortalecer as finanças dos estados e municípios".

Segundo ele, 62% das transferências de recursos da União são deslocadas hoje para o Norte e o Nordeste e, com a aprovação da reforma tributária que sairá dos debates da Assembleia Nacional Constituinte, haverá um decréscimo de 10%. "Estou pensando nos problemas que a divisão malfieira poderia acarretar para os meus sucessores", garantiu Sarney.

Esta é a íntegra do pronunciamento feito na última sexta-feira por Sarney, no programa "Conversa ao Pé do Rádio":

Brasileiras e brasileiros, bom dia. Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma das nossas conversas ao pé do rádio, de todas as sextas-feiras — hoje, 15 de abril.

Temos alguns assuntos. Quero começar dizendo que revoguei ontem (quinta-feira), o decreto 95.720, que estabelecia o regime de liberdade vigiada para as escolas particulares fixarem suas anuidades escolares.

Tivemos abusos intoleráveis e é triste constatar que cada vez que damos um avanço no sentido da liberalização, não existe, não há correspondência de uma mentalidade capaz de exercê-la com responsabilidade. Nos dois meses em que as anuidades foram liberadas, em que vigorou o decreto,

registraram-se tantos abusos e excessos, havendo legítimos protestos de pais de alunos, o que obrigou o governo a uma intervenção, como acabo de fazer, para que se possa restabelecer um regime de justiça. E com isso, evidentemente, nós tentamos resguardar o que deve sempre existir, que é o respeito ao interesse coletivo, no caso uma justa mensalidade a ser cobrada pelos colégios e não o aproveitamento, como fizeram alguns estabelecimentos — devo ressaltar, nem todos. A liberdade foi usada para aumentos injustificáveis, que chegavam quase ao nível da extorsão.

"Aplicações para Norte e Nordeste cairão 10%"

Outra preocupação desta semana, a que eu dediquei muita atenção, foi a votação pela Assembleia Nacional Constituinte do capítulo que trata do sistema tributário nacional. Eu tive uma grande preocupação com esse assunto. Reconheço que é imperioso fortalecer as finanças dos Estados e Municípios. Mas devemos ter cuidado para não inviabilizar a União, não inviabilizar a federação, cujos recursos são sempre usados para cumprir as suas finalidades e também para auxiliar as regiões mais pobres, como o Norte e Nordeste, construir a infra-estrutura nacional e ter recursos para as emergências.

Hoje, por exemplo, 62% das transferências de recursos da União são destinadas ao Norte e Nordeste, regiões mais pobres. Se aprovado o projeto, essas aplicações federais nas regiões do Norte e Nordeste, mais a região Centro-Oeste, teremos um decréscimo de cerca de 10%. Digo isso com absoluta autoridade, porque não estou pensando no meu governo mas no futuro, nos problemas que uma divisão mal feita da receita dos impostos pode acarretar para os meus sucessores. Se o governo federal não tiver meios para reduzir os efeitos

das diferenças, a pobreza vai aumentar ainda mais e perderemos os avanços que se vêm realizando para melhorar a péssima distribuição de renda do Brasil, péssima distribuição de renda não só de caráter regional como também de caráter pessoal.

Foi essa observação que fiz aos membros da Constituinte, por um problema de consciência.

Quero também dizer às brasileiras e brasileiros que na área da reforma agrária assinada nesta semana desapropriações que atingem 3 milhões e 400 mil hectares, permitindo o assentamento de 85 mil famílias, o que representa mais de 400 mil pessoas. Para se ter uma idéia de extensão dessa área que foi desapropriada no atual governo, basta uma comparação: É maior do que o Estado de Alagoas.

A nossa meta até o final de 1988 é promover o assentamento de 200 mil famílias. O ministro Jader Barbalho está dinamizando o processo da reforma agrária e avançando com prudência, competência e firmeza na linha que estabelecida de promover paz na terra e que norteou a criação do Ministério da Reforma Agrária, que teve tantas contribuições, como, inclusive, a do saudoso ministro Marcos Freire.

Semana passada, fui a São Joaquim, em Santa Catarina, e lá presidei a abertura da Festa da Maçã, que neste ano comemora uma safra de 308 mil toneladas. É uma safra recorde. A maçã brasileira é resultado de pesquisas notáveis da Embrapa e da orientação dos agricultores feita pela Embrater. Somente se compara esse crescimento do da soja, também no que se refere à produção e produtividade. Em apenas oito anos, saímos praticamente do zero e, hoje, a maçã é uma cultura que ocupa 29 mil hectares e a mão-de-obra de 100 mil pessoas, nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas, o que assegura um abastecimento de cerca de 61% do consumo nacional. Nos últimos anos, nossa maçã já economizou US\$ 300 milhões em divisas.

Quero também agradecer ao povo de São Joaquim a maneira carinhosa com que me recebeu e com que ali fui tratado. Povo bom, esse povo brasileiro,

esse povo trabalhador que está construindo o Brasil sabendo que temos dificuldades, mas sem jamais perder a esperança.

Já que estamos falando em Santa Catarina, quero aproveitar para uma mensagem ao povo de Blumenau, no Vale do Itajaí, o grande centro industrial que detém com grande diversificação 20% da economia daquele estado. O que eu posso mandar dizer a Itajaí é que chegou à fase final a conclusão do sistema de barragens construídas pelo DNDS e destinado a eliminar o problema das enchentes que há mais de cem anos periodicamente vem cau-

"Perderemos avanços na distribuição de renda"

sando prejuízos aos municípios do Vale do Itajaí.

As últimas obras do sistema, a grande barragem norte, no município de Birama, tem uma altura de um edifício de 22 andares e envolveu um movimento de terra de 2 milhões de metros cúbicos; a calha do rio Itajaí, entre as cidades de Gaspar e Blumenau, está sendo alargada de 100 para 200 metros. Nunca é demais lembrar que o sistema de Blumenau, numa conclusão de 1983, sofreu pre superiores a 600 milhões de lares. Estas obras, agora em conclusão, somente a partir de 1985 puderam ter impulso, graças às cheias de Blumenau, assim Deus quiser, não se repete mais com os efeitos catastróficos que tiveram no passado. Quero dizer também que o L. 5.478, quinta-feira, eu estive em Jales, no Oeste de São Paulo, para visitar a 19ª Feira Agrícola e para participar do aniversário da cidade. Recebi aqui calorosa, carinhosa manifestação de aplausos e, ao mesmo tempo, de apoio e de compreensão. Disse àquele povo que o País está orgulhoso da construção da região de Jales e que o Brasil, no ano passado ultrapassasse a barreira histórica em que havíamos estado.

do, com safras que jamais passaram de 50 milhões de toneladas. Aquela região do Estado de São Paulo, serve de exemplo pelo seu trabalho, pelo trabalho pioneiro. Ali, tive oportunidade de dizer que é bom viver num País em que a gente pode assistir ao nascimento de cidadãos. Jales é uma cidade que tem apenas 47 anos. Falei com sua gente e tive oportunidade de ver e de saudar a esposa do fundador de Jales, do Dr. Jales, que fundou a cidade há 47 anos. E hoje é uma cidade das mais dinâmicas de porte médio do Estado de São Paulo.

Também ali, tive a oportunidade de dizer que a democracia deve ser exercida com responsabilidade. Não devemos deixar que a democracia caia no terrorismo moral, que ela caia na violência verbal, porque isso é a negação da própria democracia. Tive oportunidade de dizer ao povo de Jales que estou, com o meu exemplo, procurando dar um exemplo de equilíbrio para que cheguemos ao fim do processo democrático em paz, para que eu possa passar a Presidência da República ao meu sucessor eleito em eleições diretas, com o Brasil em paz, a economia restaurada e o País viabilizado. E este esforço que estou fazendo, e dando a minha contribuição, de paciência, a minha contribuição de equilíbrio e, sobretudo, sempre chamando a atenção dos falsos democratas, aqueles que têm a máscara de demo-

cratas, mas que usam a liberdade para matar a própria liberdade.

Antes de terminar, queria mandar uma mensagem à Convenção Nacional da Igreja Luterana do Brasil, que se realiza em Brasília. Pedi ao ministro Iris Resende para levar aos luteranos brasileiros a minha mensagem de simpatia e respeito, mas quero também aqui, através desse programa, dizer a todos os luteranos do Brasil o quanto os brasileiros reconhecem os seus exemplos de trabalho e os seus exemplos de fé. Minha saudação aos luteranos brasileiros.

E aqui terminamos nossa

"A pobreza aumentará ainda mais"

"Conversa ao Pé do Rádio" de hoje, como sempre com uma palavra de confiança, a certeza de que vamos superar todas as crises. O presidente não desanima. Nada de pessimismo, vamos manter o entusiasmo e a fé, bom dia e muito obrigado a todas as brasileiras e brasileiros que me ouvem".